



Disponível em
<http://www.desafioonline.com.br/publicações>
Desafio Online, Campo Grande, v. 1, n. 3, Set./Dez. 2013



A PRODUÇÃO DE 'NOVIDADES' COMO ALTERNATIVA À CRISE PELOS AGRICULTORES DO OESTE DE SANTA CATARINA¹

Márcio Antonio de Mello²

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Pesquisador
E-mail: marcio@epagri.sc.gov.br

Sergio Schneider

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Professor do Programa de Pós-Graduação
E-mail: schneide@ufrgs.br

¹ Os dados apresentados neste trabalho foram obtidos para elaboração da tese de doutorado do primeiro autor (Mello, 2009).

² Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Rural. Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Rodovia Admar Gonzaga, 1347 - Florianópolis, SC.

RESUMO

Com base em uma pesquisa realizada no Oeste de Santa Catarina o objetivo deste artigo é discutir algumas alternativas que estão sendo construídas pelos agricultores familiares para fazer frente à crise instaurada na região a partir de meados dos anos 1980. Esta crise tem como principal origem as mudanças técnicas e rurais resultantes da adoção de um modelo de desenvolvimento baseado na prática de uma agricultura intensiva em capital, orientada para obtenção de crescente produtividade obtida, principalmente, pelo uso de insumos externos e alto consumo energético. A referida crise se manifesta pelos problemas ambientais, sociais e econômicos que ocorrem no espaço rural, pela perda de autonomia, pela descapitalização e fragilização econômica de grande parte dos agricultores. Apesar da crise presente na região Oeste de Santa Catarina, constata-se que os agricultores e suas organizações estão reagindo criativamente e produzindo respostas para enfrentar a perda de autonomia e a fragilização econômica. O propósito deste texto é discutir a iniciativa representada pela criação de uma pequena cooperativa de comercialização de leite visando a inserção ao mercado dos agricultores mais fragilizados economicamente. A outra iniciativa analisada é a que busca agregar valor à produção primária a partir da agroindustrialização familiar.

Palavras-chaves: desenvolvimento rural; agricultura familiar; novidades; Oeste de Santa Catarina; agroindústria familiar.

ABSTRACT

Based on a survey carry out in West of Santa Catarina State, the purpose of this article is to discuss some alternatives that are being built by farmers to cope with the crisis brought the region from the mid-1980s. This crisis has as main source a rural technical change resulting from the adoption of a development model based on the practice of capital intensive agriculture, oriented to obtain increased productivity achieved mainly by the use of external inputs and high energy consumption. That crisis is manifested by the environmental, social and economic problems that occur in rural areas, the loss of autonomy, and weakening economic difficulties faced by large farmers. Despite the present crisis in the west of Santa Catarina State, it appears that farmers and their organizations are responding creatively and producing responses to address the loss of autonomy and the weakening economy. The purpose of this paper is to discuss the initiative represented by the creation of a small cooperative milk marketing order to insert the farmers market. The other initiative analyzed that seeks to add value to primary production.

Key Words: rural development; family farm; novelties; West of Santa Catarina State

1. INTRODUÇÃO

A compreensão do percurso ou dos segredos que levam à situações que podem ser caracterizadas como de sucesso ou pelo menos bem sucedidas é uma busca constante dos estudiosos e gestores que trabalham com o desenvolvimento. No âmbito dos estudos sobre agricultura e sistemas agroalimentares esta busca se aprofundou nos anos recentes, especialmente em face da necessidade crescente de se conhecer alternativas viáveis e pelo fato de que as velhas recomendações convencionais começaram a mostrar limites quanto à sua viabilidade.

Neste artigo, estudamos a trajetória de evolução e transformação da agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina, considerado por muitos analistas um paradigma a ser seguido em termos de como integrar a agricultura familiar aos modernos complexos agroindustriais, especialmente de carnes (frangos e suínos). O modelo de desenvolvimento econômico do Oeste de Santa Catarina se alicerçou na articulação das agroindústrias com a agricultura familiar, que resultou na formação daquele que é considerado um dos maiores pólo agroindustrial de carnes de suínos e aves do Brasil.

Até meados da década de 1980 havia um consenso entre os atores regionais de que o desenvolvimento agrícola, baseado na intensificação dos processos produtivos e no aumento de escala e produtividade, conduziram à região ao tão almejado desenvolvimento. A partir do início dos anos 1990 esse modelo de desenvolvimento entra em crise na região e começa a sofrer objeções. Algumas pesquisas (Testa *et al.*, 1996; Abramovay *et al.*; 1998, Renk, 2000; Silvestro *et al.* 2001) têm interpretado que o avanço do modelo produtivista de fazer agricultura levou à desestruturação socioeconômica de grande parte da agricultura familiar, à degradação ambiental e ao colapso no processo de desenvolvimento rural da região. Para os autores esse quadro representa uma crise que se expressa, simultaneamente, no empobrecimento da população rural; na intensificação do êxodo rural; no despovoamento de muitas localidades; na poluição ambiental; no crescente número de unidades sem sucessor; no envelhecimento da população rural e na dificuldade de reprodução social da agricultura familiar. Os autores apontam as mudanças técnicas e organizacionais impulsionadas pelas grandes agroindústrias como uma das principais causas da crise. Esse processo introduziu novas tecnologias, mudanças na organização produtiva e um progressivo aumento nas escalas de produção e exigências de especialização que foram gradativamente minando a capacidade de articulação da agricultura familiar com o complexo agroindustrial e promovendo a seleção e exclusão dos agricultores integrados nas cadeias produtivas de suínos e aves.

O processo identificado pelos autores que estudaram a realidade do Oeste de Santa Catarina não é isolado e se insere no contexto da crescente “coerção sobre a agricultura” que afeta as unidades produtivas que entram no esquema de produção que privilegia a especialização e o expressivo aumento das despesas em relação ao valor da produção e decréscimo nos retornos do trabalho. Este processo foi chamado de “*agricultural squeeze*” por Ploeg (2008), que configura um situação em que os custos de produção são tão elevados que não conseguem ser compensados pelos rendimentos obtidos na venda da produção. Por conta disso, Testa *et al.* (1996) informam que em pouco mais de dez anos (1985 a 1996) milhares de famílias tiveram que abandonar a produção integrada de suínos por não conseguirem ou não desejarem acompanhar a corrida tecnológica e ao incremento na escala de produção.

Malgrado uma parcela não desprezível de agricultores do Oeste catarinense se defrontar com uma situação de crise, percebe-se que este contexto muitas vezes é o estímulo para que outros agricultores familiares busquem construir “desvios de rota” ou estratégias alternativas que representam formas inovadoras na relação com os mercados,

nos processos agrícolas, na articulação entre atores e na criação de novas institucionalidades. A este processo de construção de alternativas pelos agricultores e suas organizações designamos produção de novidades, cujo objetivo inicial é final é, ao mesmo tempo, fazer frente às vulnerabilidades e dificuldades a que estão sujeitos.

No Oeste catarinense essas novidades se materializam, por exemplo, na criação de pequenas agroindústrias familiares, localizadas no meio rural e administradas pelos próprios agricultores que buscam agregar valor à produção própria. A constituição da agroindústria familiar resulta na criação de produtos e serviços associados ao desenvolvimento de novos mercados. Outro exemplo de novidade que está se constituindo no Oeste de Santa Catarina é a criação de pequenas cooperativas que incorporam novos processos e formas de organização social, buscando maneiras distintas de inserção ao mercado.

O objetivo deste texto é discutir duas novidades que estão sendo construídas pelos agricultores e suas organizações em resposta a crise da produção agrícola no Oeste de Santa Catarina. A primeira novidade é representada por uma inovação organizacional, que vem se consolidando na região, e se constitui na criação de pequenas cooperativas cujo objetivo é a coleta e a comercialização do leite produzido pelos associados. A criação da cooperativa representa uma reação dos agricultores familiares relativamente mais pobres ao processo de aviltamento no preço pago pelos grandes laticínios aos agricultores que comercializam baixos volumes. A segunda novidade é representada pela constituição de agroindústrias familiares cujos objetivos são a verticalização e a agregação de valor à produção primária. Localizadas no espaço rural essas pequenas agroindústrias, em geral, se ocupam da elaboração de derivados de carne e lácteos, sucos e bebidas, conservas, massas e panifícios, derivados da cana-de-açúcar, dentre outros. Tanto a produção quanto a comercialização pode estar organizada de forma individual ou coletiva e é realizada pelos membros da família. Embora distintas essas duas iniciativas são comparáveis porque se inscrevem no mesmo modo de ação dos atores sociais, que buscam criar espaço de manobra na luta constante por autonomia.

Para a consecução dos objetivos deste trabalho realizou-se uma pesquisa onde se investigou em profundidade o caso das duas novidades descritas acima. Seguindo um roteiro previamente elaborado foram entrevistadas 65 pessoas em 12 municípios do Oeste de Santa Catarina, sendo 40 agricultores envolvidos em uma das duas novidades e 25 informantes-chave (representados por mediadores técnicos e coordenadores de entidades representativas dos agricultores familiares).

A pesquisa que empreendemos permitiu constatar que mesmo em um ambiente hostil e de subordinação aparentemente irreversível, uma parcela dos agricultores e suas organizações estão reagindo criativamente e construindo – individual ou coletivamente – trajetórias diferenciadas que estrategicamente se afastam do projeto da modernização. Também conseguem inserção ao mercado de forma diferente da que costumeiramente vinham fazendo.

Para dar conta do objetivo proposto, este artigo está organizado em várias seções, além desta introdução. Na primeira seção discute-se o ambiente socioeconômico e institucional representado pelo Oeste de Santa Catarina e onde se insere a agricultura familiar. Na seção seguinte discute-se a produção de novidades e o papel que desempenha no enfrentamento da crise e na promoção e transição para um processo de desenvolvimento rural. Na sequência discute-se duas iniciativas colocadas em prática pelos agricultores familiares para enfrentar o contexto de crise, que desde meados dos anos envolve a agricultura da região. Na seção final apresentam-se algumas considerações a respeito da discussão feita neste trabalho.

2. A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: DA ASCENSÃO À CRISE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL

Nesta seção discutem-se algumas características do Oeste de Santa Catarina e da trajetória do desenvolvimento da agricultura regional com o intuito de oferecer uma visão acerca do local onde se realizou este estudo e de como emerge a problemática da pesquisa.

A região Oeste de Santa Catarina destaca-se pelo modelo de integração agroindustrial que articula a produção familiar com as grandes empresas agroindustriais de abate e processamento de carne de suínos e aves. O surgimento, a partir de 1940, de grande número de frigoríficos espalhados por toda a região estimulou os agricultores a ampliar ou iniciar comercialmente a produção de suínos e, assim, se inserir em um mercado em expansão. Até meados da década de 1960 o modelo técnico de produção de suínos não apresentava grandes barreiras para a entrada na atividade, o que permitia que a atividade estivesse presente na maioria das propriedades.

Assim, de atividade voltada a atender o consumo familiar, a criação de suínos transforma-se rapidamente em uma importante atividade mercantil. O aumento na produção de suínos também impulsiona a do milho, um dos principais componentes da alimentação dos suínos. Da mesma forma, com a expansão da agroindústria de carne suína e toda a infraestrutura comercial que se estabelece, abrem-se novas possibilidades para a comercialização de outros produtos, tais como o feijão, a soja e o próprio milho.

Esse sistema de produção que conjugava atividade agrícola com pecuária permitia que os agricultores melhor suportassem os períodos de em que recebiam baixos preços pelos suínos, uma vez que grande parte dos insumos (milho, mandioca, soja, adubo orgânico) era produzida internamente à propriedade. A sinergia gerada pela interação entre as diversas atividades desenvolvidas na propriedade e o aproveitamento integral da mão-de-obra familiar foi decisiva para inserir competitivamente a suinocultura da região no cenário nacional. Trata-se de um exemplo de estilo de agricultura³ que se caracteriza pelos baixos custos monetários obtidos a partir da utilização de recursos reproduzidos internamente (PLOEG, 2006a, 2006b, 2001).

A existência de uma produção familiar diversificada, dinâmica e articulada com o complexo agroindustrial, aliada a uma importante estrutura de apoio técnico montado pelo Estado constituíram-se em fatores cruciais para a inclusão ao mercado de um número significativo de agricultores do Oeste de Santa Catarina.

A consolidação do Oeste catarinense como um importante pólo agroindustrial de carne suína e de aves inaugura-se de forma decisiva na década de 1970 quando a região foi palco de um intenso processo de “modernização da agricultura” que lançou profundamente as fundações de uma economia mercantil. Até início dos anos 1980 havia a absorção de novos produtores de suíno no modelo de integração agroindustrial, além de um ambiente produtivo que conjugava uma produção diversificada voltada a atender o autoconsumo familiar e, principalmente, o mercado. O agricultor “gozava de uma relativa autonomia no processo decisório, já que podia organizar seu processo de trabalho e produção com base na disponibilidade interna dos fatores produtivos” (MIOR, 2005, p.86).

A partir de meados dos anos 1980 o modelo de integração agroindustrial do Oeste de Santa Catarina entrou em uma nova fase que se caracterizou por importantes

³ Um estilo de agricultura representa um complexo e integrado conjunto de normas, conhecimento e experiências empregadas pelos agricultores na organização e desenvolvimento das atividades agrícolas. A constituição de um estilo de agricultura é o resultado das articulações entre a esfera familiar e o ambiente externo cujas estratégias são moldadas em parte pelo repertório cultural que, por sua vez, são testados, afirmados e, se necessário, ajustados através da prática. Por esse motivo, os diferentes estilos de agricultura que conformam a diversidade do espaço rural estão intimamente relacionados com as condições naturais e as características culturais e de mercado das diferentes comunidades (PLOEG, 1994).

modificações nas formas tradicionais de produção, organização e obtenção da matéria-prima. Começa a ser implementado um processo de especialização e concentração na suinocultura, com a introdução de economias de escala que ultrapassam os limites da produção diversificada e que quebra a lógica de funcionamento da agricultura familiar e aumenta a poluição ambiental. Assim, a partir do final da década de 1980 as agroindústrias de carne promovem o aumento na escala e a especialização na produção de suínos que exigia investimentos que não podiam ser suportados pela maioria dos estabelecimentos familiares. Isso fez com que a maior parte dos agricultores do Oeste de Santa Catarina abandonasse a suinocultura, considerada uma atividade âncora⁴.

Nesse novo sistema de produção a ração é totalmente fornecida pela agroindústria, desaparecendo a relação que havia entre o tamanho do plantel e a capacidade da propriedade em produzir os alimentos necessários para criar esses animais. Essa transformação causa a desestruturação da unidade de produção, uma vez que todo o processo produtivo se organizava em torno da suinocultura. Além disso, com o aumento da escala de produção de suínos, a maior parte das propriedades não dispõe de área de terra suficiente para reciclar todos os dejetos produzidos. O resultado é o aumento na poluição da água, do solo e do ar. Esse quadro de aprofundamento do processo produtivista é traduzido por Marsen (2003) como a “institucionalização da insustentabilidade”.

Essa maneira de pensar e agir, como ressalta Ploeg (2006a, p. 259), é parte integrante do crescente “aperto sobre a agricultura” (*squeeze on agriculture*) modernizada. Trata-se de um processo no qual os agricultores são pressionados pelas exigências tecnológicas impostas pelas agroindústrias, por um lado, e pelo alto nível de custos e a queda no preço dos produtos, por outro. Assim, para manter o mesmo nível de renda os agricultores tendem a expandir a escala das atividades e aumentar os volumes produzidos, por consequência a produção é crescentemente concentrada em um número limitado de estabelecimentos.

Desse modo, o “aperto sobre a agricultura” promove a especialização na produção de suínos e acelerado aumento de escala, sem que isso garanta um retorno econômico condizente com as necessidades de reprodução social dos agricultores. O resultado disso é uma crise socioeconômica e ambiental que vai se instaurando na região à medida que os agricultores familiares não mais conseguem acompanhar essa “corrida” pelo avanço tecnológico⁵ e aumento de escala e acabam excluídos do processo produtivo.

Em todos os lugares, segundo Ploeg (2008), a agricultura esta sendo submetida a um duplo aperto (*double squeeze*) que confronta os agricultores a uma pressão na sua renda. Em primeiro lugar há o “aperto” externo que vem sendo intensificado pelo pelas agroindústrias através da manutenção de mecanismos que mantêm baixo os níveis de preço pago aos produtos agrícolas e que pressiona a renda agrícola. A resposta a esse fenômeno é o aumento de escala à custa da concentração de renda e do deslocamento de grande número de pequenos produtores, como foi o caso da suinocultura no Oeste de Santa Catarina. O segundo aperto (*squeeze*) é interno ao estabelecimento agrícola e se deve ao aumento dos níveis de custos na agricultura sem que haja um correspondente e proporcional incremento na renda.

A economia de escala resultante da especialização na produção de suínos trás consigo o aumento dos riscos (econômico, ambientais, sanitários, relacionados à organização do trabalho familiar e outros), a poluição ambiental e uma maior dependência

4 Uma atividade âncora é definida por Mello e Ferrari (2003) como sendo: “uma atividade central no sistema de produção, com entrada contínua e periódica de renda, ajustada tanto à disponibilidade de capital quanto aos recursos naturais e às características de funcionamento do trabalho familiar”.

5 Trata-se da armadilha produtivista simbolizada pelo “tapete rolante”, cuja noção é conhecida na literatura como treadmill tecnológico, o qual representa para os agricultores a ininterrupta busca por inovações tecnológicas que os fazem entrar cada vez mais no mercado de insumos e depender de recursos externos, criando assim um “ciclo vicioso” difícil de escapar (ABRAMOVAY, 1992).

de recursos externos ao estabelecimento (insumos, créditos, informações, etc.). Por outro, também significa a exclusão do mercado daquelas unidades familiares que não desejavam ou não conseguiam (por falta de recursos financeiros, de mão-de-obra familiar, etc.) fazer as alterações no modelo produtivo ou mesmo, porque a produção em pequena escala tornou-se supérflua para as agroindústrias.

Considerando que a suinocultura comercial estava presente na grande maioria dos estabelecimentos da região e se constituía em uma atividade âncora, em um pouco mais de 10 anos mais da metade das 88 mil unidades familiares existentes no Oeste de Santa Catarina tiveram que abandonar a produção de suínos e encontrar novas formas de produzir e de se inserir ao mercado. O contingente de quase 50 mil famílias que em uma década deixaram de auferir renda naquela que era uma das principais atividades dá uma idéia da magnitude e dos reflexos socioeconômicos dessas transformações. Essa realidade contesta o argumento sempre presente no ideário da modernização da agricultura de que o aumento de escala e da produção conduziria ao desenvolvimento rural e, conseqüentemente, condicionaria a melhoria das condições de vida dos agricultores.

Por outro lado, a despeito da crise presente na região, uma análise criteriosa da realidade do Oeste de Santa Catarina mostra que uma parcela dos agricultores familiares e de suas organizações está reagindo criativamente e construindo (de forma individual e, sobretudo, coletivamente) estratégias para fazer frente à crise que estão submetidos. Parte dessas estratégias se inscreve no que vem sendo considerado como “novas iniciativas de desenvolvimento rural” (MARSDEN, 2003 e 2009; PLOEG et al., 2000 e 2004; PLOEG e RENTING, 2000). Essas estratégias envolvem a construção de novas redes, a revalorização dos recursos, a coordenação e reconfiguração do social e do material e o uso renovado do capital social, cultural e ecológico. Isso tudo pode ser traduzido no que Ploeg *et al.* (2004) denominam de novidades (*novelties*).

3. A PRODUÇÃO DE NOVIDADES: CONSTRUINDO INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A agricultura tem a sua história marcada pela produção de novidades⁶. Ploeg *at al.* (2004) afirmam que ao longo dos tempos, voluntária ou involuntariamente, os agricultores têm introduzido mudanças no processo de produção utilizando, para isso, cuidadosas observações, interpretações, reorganizações e avaliações. Segundo os autores, é assim que as novidades (*novelties*) são descobertas ou criadas. Mas a produção de novidades não se restringe apenas àquelas relacionadas com o processo produtivo. A produção de novidade pode também estar relacionada com as formas de organização da produção e com a criação e consolidação de dispositivos coletivos e arranjos institucionais como é, por exemplo, o surgimento e consolidação de pequenas cooperativas de comercialização de leite e da agroindústria familiar rural que recentemente vem acontecendo no Oeste de Santa Catarina.

As novidades consistem em conhecimento técnico e organizacional que juntos possibilitam melhorar os processos de produção ou as funções da firma no que diz respeito a competitividade e, especialmente, a compatibilidade com prosperidade coletiva (VENTURA *et al.*, 2004, p.84)

Uma novidade é definida por Ploeg *et al.* (2007) como uma maneira diferente de pensar que incorpora novas idéias, artefatos e/ou combinação (dos recursos, de procedimentos tecnológicos e de diferentes campos do conhecimento) que envolve constelações específicas, como um processo de produção, uma rede, combinação de

⁶ No original, Novelty Production (PLOEG et al., 2004).

atividades e que podem funcionar de maneira melhor. Desta forma, uma novidade pode ser entendida como uma modificação e, às vezes, uma quebra de rotinas existentes. Pode significar uma modificação dentro de uma prática existente ou pode consistir em uma nova prática. Pode, ainda, ser um novo modo de fazer ou pensar, presumivelmente com potencial para promover melhorias nas rotinas existentes (PLOEG *et al.*, 2004). Todavia, trata-se de um processo altamente localizado e por isso dependente do ecossistema e da cultura local nos qual o processo de trabalho está enraizado. Isso significa que uma novidade que se parece interessante e emerge em um lugar, pode não surgir em outro. O que distingue uma novidade de uma inovação é o fato da novidade estar associada ao conhecimento tácito e limitada ao contexto local enquanto uma inovação é a expressão do conhecimento codificado, construída primeiramente, em um mundo externo da produção, incorporado a um artefato que pode ser transposto de um local para outro. Entretanto, as novidades podem vir a se constituir em inovações, dependendo de suas propriedades e/ou contexto.

O termo-chave ‘Produção de Novidades’ (*Novelties Production*) foi proposto a partir da necessidade de particularizar ou evidenciar fenômenos que, até então estavam escondidos na obviedade do dia-a-dia e é derivado de uma rica tradição de estudos dedicados à compreensão das mudanças tecnológicas (PLOEG *et al.*, 2004).

A produção de novidades não se limita ao campo tecnológico ou ao processo produtivo. Ela pode acontecer também no campo social, institucional e organizacional. Ploeg *et al.* (2007) consideram, por exemplo, que novos arranjos institucionais estão intrinsecamente relacionados com a produção de novidade, podendo elas mesmas se constituir em novos arranjos institucionais. Utilizando o exemplo da cooperativa das Florestas do Norte da Frísia, Ploeg (2008) demonstra a capacidade das novidades em produzir mudanças que vão além dos processos produtivos em que elas foram introduzidas. A partir deste caso o autor destaca como a partir de algumas novidades outras foram se originando de forma não esperada, formando uma rede de atores sociais, instituições, tecnologias, processo de produção e artefatos. No caso específico desta cooperativa a rede de novidades estende-se para além das fronteiras geográficas de sua atuação da cooperativa onde emerge novas políticas agrárias, novos projetos e fluxos de valor na economia. Pode-se citar como exemplo o surgimento e consolidação de pequenas cooperativas de comercialização de leite e da agroindústria familiar rural que recentemente vem acontecendo no Oeste de Santa Catarina e que serão discutidas mais adiante.

A metáfora da *semente*, utilizada por Ploeg *et al.* (2004) pode ser usada para enfatizar três elementos essenciais de uma “novidade”. Primeiro, as novidades necessitam de tempo – exatamente como as sementes requerem o cultivo para germinar, crescer, florescer e produzir frutos. Elas seguem um desdobramento específico através do tempo antes que seu resultado final possa ser avaliado. Igualmente, as novidades requerem um tempo para mostrar se as promessas nelas envolvidas podem materializar-se realmente. Em segundo lugar, as sementes requerem um espaço particular, ou, mais especificamente, um contexto particular de organização. É necessário um solo bem preparado, uma distribuição uniforme de água, uma proteção apropriada da colheita e assim por diante. Traduzido para o nível das novidades, isto implica que uma mudança em rotinas existentes frequentemente também implica em uma segunda, uma terceira, uma quarta e assim por diante. As primeiras melhorias estimulam uma segunda. Isto é, uma “novidade” raramente permanece isolada; uma “novidade” resultará em um programa mais amplamente relacionado e que reforçará as novidades. Em terceiro lugar, a insegurança inerente necessita ser enfatizada. Exatamente como as colheitas podem falhar, as novidades também podem. As novidades estão relacionadas com as expectativas. Entretanto, está longe de ser evidente que os resultados eventuais sejam iguais às expectativas iniciais.

Na realidade as novidades, em geral, não são compreendidas inteiramente, pois se trata de um desvio das regras que vai além das regularidades existentes e explicadas. Elas ainda não são conhecimentos codificados (científico). Por esse motivo uma novidade não pode ser facilmente transportada do contexto que emergiram e germinaram para outros⁷.

Ocorre que a produção de novidades está intimamente associada com o “conhecimento contextual” que se constitui em um ingrediente crucial e indispensável. Quanto mais ele está disponível tanto maior é a produção de novidade. Distinguem-se quatro importantes processos no conhecimento contextual: a) socialização: passagem de conhecimento tácito entre os indivíduos através de um processo de compartilhamento do conhecimento; b) externalização: onde o conhecimento tácito é transformado em conhecimento codificado (científico), podendo assim se difundir globalmente; c) recombinação: que implica na reutilização dos vários tipos e fontes do conhecimento tácito e codificado para a criação de conhecimento novo, através de redes e outras conexões; d) internalização: processo em que as firmas absorvem o conhecimento externo.

Ploeg *et al.* (2007) assim sumarizam a importância da produção de novidades:

- 1) Reforça a transformação dos recursos disponíveis em recursos específicos territoriais;
- 2) A produção de novidade cria capacidade para “melhorar”, de várias maneiras, a competitividade da agricultura e das economias rurais;
- 3) A produção de novidade (em combinação com o conhecimento contextual) permite manter o controle local sobre a valorização do recurso;
- 4) A produção de novidade pode apoiar a distinção territorial;
- 5) A produção de novidade pode estimular o aprofundamento do conhecimento contextual;
- 6) A produção de novidade pode mobilizar a criatividade que é pouco utilizada ou negada completamente dentro dos sistemas convencionais de desenvolvimento rural.

Ploeg *et al.* (2004) acreditam que a produção de “novidades” tem ajudado a encontrar novas maneiras para sair da multifacetada crise em que se encontra a agricultura européia. Os autores consideram ainda que as novidades representam as “sementes da transição⁸” do paradigma do desenvolvimento agrícola para o paradigma de desenvolvimento rural. Essa transição não representa uma ruptura radical, mas um processo gradativo, que vai acontecendo aos poucos; que vai se enraizando, se alastrando, colonizando, como sugere o próprio termo “sementes da transição”. Por isso os autores consideram que é mais produtivo investigar como o “novo” emerge a partir da crise do “velho”, e como se configura e se difunde. Afinal, é na crise do velho que se encontra o germe do novo.

4. A EMERGÊNCIA DAS NOVIDADES NO CENÁRIO DO OESTE DE SANTA CATARINA

Nesta seção o propósito é discutir a construção de duas novidades organizacionais que estão se consolidando no Oeste de Santa Catarina e que resultam das estratégias colocadas em práticas pelos agricultores familiares para fazer frente à vulnerabilidade social e econômica a que estão expostos e, assim, de maneira coletiva superar a crise em que se encontra a agricultura da região.

⁷ Uma novidade é complementemente diferente de uma inovação, ela está associada ao conhecimento tácito e, por isso, é altamente limitada ao contexto local. Enquanto uma inovação é a expressão do conhecimento codificado, construídas primeiramente em um mundo externo da produção, incorporado a um artefato que pode ser transportado de um local para outro e cujo processo se caracteriza pela padronização, pela externalização e pela globalização (PLOEG *et al.* 2007, p. 1).

⁸ Expressão (seeds of transition) utilizada como título da excelente coletânea organizada por Johannes Wiskerke e Jan Douwe van der Ploeg (2004) e que se traduz na produção – realizada pelos próprios agricultores – de “novidades” (novelties) na arte de fazer agricultura e que representa uma modificação e, até mesmo o rompimento, das rotinas existentes. Segundo os autores, a produção de “novidades” na agricultura é um processo localizado e dependente dos ecossistemas locais e do repertório cultural local em que o processo de organização do trabalho está enraizado. Por isso, pode emergir em um local e não aparecer em outro. Pode-se dizer que, como regra, uma novidade representa uma nova maneira de fazer e de pensar mas, na sua emergência, muitas vezes são interpretadas como uma monstruosidade ou uma anomalia.

Discutiu-se na seção anterior que a produção de novidade está intimamente associada ao conhecimento contextual e a cultura local. Portanto, antes de discutir especificamente as novidades em questão faz-se necessário recuperar, de forma sintética, a experiência e o conhecimento acumulado da agricultura familiar da região no campo da organização coletiva. Acredita-se que é assentado nestes conhecimentos e habilidades que as novidades discutidas aqui estão sendo produzidas no Oeste de Santa Catarina.

Neste sentido, pode-se dizer que desde os primórdios da colonização do Oeste de Santa Catarina diversas redes de sociabilidade já se faziam presentes e se manifestavam pelos laços de confiança e solidariedade na busca de soluções para os problemas em comuns tendo em vista as dificuldades do ambiente natural ali encontrado. Os imigrantes que vieram do Rio Grande do Sul se organizavam de modo a manter no Oeste de Santa Catarina uma proximidade geográfica para os grupos que desde o seu local de origem já se identificavam por relações de parentesco, vizinhança, amizade, religiosidade. Desta forma, a troca de dias de serviço, o mutirão, os trabalhos coletivos nas lavouras (especialmente as colheitas), a ajuda mútua na construção de equipamentos coletivos (igreja, escola, salão comunitário), que representam manifestações de cooperação e reciprocidade, desde o início da colonização se faziam presentes.

A partir desta tradição de trabalhos cooperativos, nos anos 1980 surge no Oeste catarinense o “Movimento de Cooperação Agrícola” (MCA)⁹ que difundia a idéia da “agricultura de grupo” e que resultou na formação de expressivo número de associações distribuídas em toda a região. Nessa experiência se insere dos condomínios de suinocultura, dos condomínios leiteiros e dos grupos de máquina. Também surge no início dos anos 1990 associações voltadas à aquisição de insumos agrícolas e mantimentos para a família. A constituição destas experiências contou com ações de apoio e de animação de organizações públicas, privadas e de ONGs.

Ao longo dos anos 1990 início dos anos 2000 consolida-se no Oeste de Santa Catarina uma estrutura organizativa onde novos agentes se estabelecem. Destaca-se a constituição em 1997 da FETRAFESC (Federação da Agricultura Familiar de Santa Catarina), que tem no Oeste catarinense o seu nascedouro e principal território de atuação. Em 2001 transforma-se em Fetraf-Sul (Federação da Agricultura Familiar da Região Sul).

Segundo Mior (2005), esses novos atores regionais passam a discutir e a implementar estratégias de desenvolvimento territorial. Tratando especificamente sobre as agroindústrias de base familiar o autor comenta que além da mobilização das redes sociais, os agricultores familiares, construíram formas de organização em rede das agroindústrias para servir de apoio em várias dimensões do processo de criação, desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos. Visando entrar no mercado de produtos de qualidade diferenciada, por exemplo, surgem experiências de uso de marcas e selos coletivos.

Inúmeras iniciativas de organização voltadas à produção e, sobretudo, à inserção ao mercado surgem atualmente em toda a região Oeste de Santa Catarina. A pesquisa de Marcondes et al.(2012), por exemplo, identificou que 12.712 famílias de agricultores estão vinculadas a 292 organizações estabelecidas e têm como objetivo a compra de insumos e matéria-prima, a transformação agroindustrial, a comercialização, o compartilhamento de estruturas, logística ou conhecimento, entre outras funções. Estão organizadas na forma de condomínios, associações, ou cooperativas¹⁰. Os autores destacam que nos anos recentes tem se caracterizado como de fortalecimento de “novas” formas de organizações econômicas controladas pelos agricultores uma vez que a maior parte delas foi criada há menos de 10 anos. Trata-se de um claro processo de fortalecimento organizacional para

⁹ Para maiores detalhes consultar Prim (1996).

¹⁰ A pesquisa não contemplou as tradicionais cooperativas agropecuárias (geralmente de grande porte) e as de crédito, assim como as agroindústrias que não estivessem sob a posse/controlado dos agricultores familiares.

melhorar o resultado econômico dos estabelecimentos envolvidos, uma vez que os objetivos para os quais foram criados destacam-se a organização para a venda de produtos processados, seguida pela venda de produtos agrícolas e pela compra de insumos.

Portanto, constata-se que os agricultores e suas organizações não estão imobilizados diante da crise. Grande parcela deles está elaborando e colocando em prática estratégias para construir alternativas viáveis à sua sobrevivência e reprodução social. Em outras palavras significa dizer que simultaneamente à crise também há um processo de mudanças sociais, econômicas e produtivas que são impulsionadas pelas estratégias que são colocadas em prática pelos próprios agricultores para fazer frente às vulnerabilidades que estão sujeitos. É preciso esclarecer, no entanto, que essas novidades ainda são muito recentes e os laços econômicos e sociais, que estão sendo tecidos, ainda são tênues, mas já apresentam resultados promissores.

4.1 Cooperativa de comercialização de leite

A partir do início dos anos 1990, uma boa parte dos agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina que deixaram de produzir suínos, bem como aqueles que necessitaram recompor sua renda em função da queda do preço dos grãos, encontram na produção comercial de leite uma oportunidade alternativa para melhor utilizar os recursos da propriedade e ocupar adequadamente a mão-de-obra familiar. Para isso, incrementam a produção de leite – que já era realizada em todas as propriedades com o objetivo de atender o consumo da família – e passam a visar um mercado em estruturação na região.

A conversão da produção de suínos para a produção leiteira é facilitada, segundo Mello e Schmidt (2003, p. 77), “*pela existência da produção de leite para o consumo da família e pelo fato de já existir a infraestrutura de produção e a atividade praticamente não necessitar de insumos externos*”. Com isso, ressaltam os autores, os custos da entrada comercial na atividade são baixos. Desse modo, a expansão da atividade leiteira no interior de cada unidade familiar vai se dando de forma paulatina e se ajustando aos recursos disponíveis (mão de obra, disponibilidade de capital e dos recursos naturais) e, assim, potencializando a competitividade através da adoção de um sistema mais autônomo em relação aos recursos externos e mais adequado a disponibilidade de trabalho familiar. Essas condições permitem que a produção de leite se estabeleça na quase totalidade das propriedades da região e se transforme numa das mais importantes atividades comerciais para mais de 50 mil agricultores familiares. Grande parte da produção leiteira do Oeste de Santa Catarina se constitui num exemplo típico do que Ploeg (2000) chama de “*farming economically*”, porque é produzida a partir dos recursos internos da propriedade e, portanto, com baixo uso de insumos externos.

Na esfera comercial, entretanto, uma parte dos agricultores familiares tem enfrentado um modelo perverso que retira recursos financeiros dos agricultores mais fragilizados economicamente. A maioria das empresas compradoras de leite que atuam na região usa a estratégia de pagar maior valor unitário pelo leite daqueles agricultores que vendem maior volume às expensas daqueles que vendem um volume menor. No trabalho de Mello (1998) e Testa *et al.* (2003) fica claramente demonstrado que as indústrias só conseguem pagar mais para quem vende maior volume, achatando o preço daqueles que vendem menos¹¹.

Essa situação deflagrou discussões em torno da problemática que se alastraram do âmbito vicinal para a comunidade e desta para o município e região. Como um dos resultados deste debate destaca-se a compreensão de aumentar a cooperação entre os

¹¹ As empresas compradoras chamam de “bonificação” o valor pago a mais para aqueles que vendem maior volume e cujo valor aumenta proporcionalmente com o volume vendido. No entanto, como asseveram TESTA *et al.* (2003) isso só é possível pelo achatamento do preço daqueles que vendem menor volume, o que acaba promovendo uma perversa transferência de renda dos agricultores mais pobres para aqueles em melhor situação econômica.

agricultores familiares. Neste sentido, uma estratégia adotada pelos agricultores e rapidamente disseminada por toda a região foi a de reunir em um mesmo local a produção de leite de quatro ou cinco vizinhos e comercializar no nome de um deles para, assim, ganhar escala e poder de barganha junto as indústria compradoras de leite.

Experiências desse tipo aconteceram em número muito grande na região, mas a maioria teve dificuldades para prosperar. As empresas compradoras tentavam minar a iniciativa de diversas formas, mas a principal delas era a de cooptar aqueles agricultores que produziam maior volume na tentativa de enfraquecer o grupo e, assim, diminuir seu poder de barganha¹². Como explica Ploeg et al. (2007) uma novidade, como são os grupos de comercialização de leite representa um “desvio das regras” e por isso, vai depender de convencer as pessoas e construir alianças necessárias para o sucesso da ação.

Desde o final da década de 1990 que no âmbito local os agricultores e seus sindicatos, o serviço público de extensão rural, algumas ONGs e o poder público de alguns municípios passam a animar discussões em torno do tema relacionado à produção e comercialização de leite pela agricultura familiar. As discussões avançaram no sentido de constituir associações e pequenas cooperativas com o objetivo de comercializar coletivamente a produção de leite dos agricultores familiares. Essas cooperativas podem ser interpretadas como “novidades” organizacionais. Encontram-se dispersas pela região, uma vez que sua constituição é altamente dependente do conhecimento contextual.

Com base na experiência dos grupos de comercialização coletiva de leite, organizados pelos agricultores em suas comunidades, entram em cena dois atores sociais: A Fetraf e alguns escritórios municipais do serviço público estadual de extensão rural (Epagri). Esses dois mediadores vão animar, organizar e assessorar a formação de pequenas cooperativas destinadas a comercializar o leite dos agricultores familiares. A forma de atuação e os objetivos desses dois atores são de natureza completamente distinta. O primeiro ator social vai atuar de forma orgânica e articulada, enraizada no território através da coesão social de lideranças comunitárias, sindicais e de movimento sociais. A Epagri, por sua vez, vai atuar de forma pontual, sem um projeto de desenvolvimento com diretriz mais claramente definida em relação à organização dos agricultores e da produção e ao regime sociotécnico. Por isso, no âmbito das ações desse ator, a animação e organização de iniciativas como a das cooperativas de leite vai depender, por um lado, da anuição da estrutura hierárquica regional e por outro, pelo engajamento do agente local.

Desse modo, a partir do ano 2001 a Fetraf passa a animar e assessorar a criação e organização de 14 pequenas cooperativas de abrangência municipal. Atualmente essas cooperativas congregam em torno de 2.500 famílias, que comercializam coletivamente um volume de quase quatro milhões de litros por mês. A constituição das cooperativas foi motivada pelo desejo de inserir no mercado, de forma mais dinâmica, os agricultores familiares produtores de leite. Mais do que isso, ela é a expressão da luta por autonomia e das relações de dependência e subordinação a que estavam submetidos. Um dos principais motivos que levou a criação das cooperativas foi o aviltamento no valor pago para o leite dos agricultores que vendiam em menor volume. A constituição das cooperativas também teve o propósito de inserir ao mercado um expressivo contingente de agricultores que se encontrava fora do circuito comercial. Assim, é através da cooperação que a luta por autonomia ultrapassa as fronteiras da propriedade familiar.

A maioria dessas cooperativas não possui sede própria ou outro investimento de maior vulto e, em geral, funciona integrada à estrutura do sindicato ou em pequenas salas alugadas. Para administrar um complexo sistema de logística da coleta do leite, a

¹² Embora muitos desses grupos não tenham conseguido superar as dificuldades iniciais para se estabelecer, a discussão em torno da sua organização e constituição teve um papel importante no aprimoramento das habilidades de agir coletivamente e na ampliação do conhecimento contextual.

cooperativa conta com o trabalho de um funcionário contratado e um ou dois dirigentes parcialmente liberados para a organização, cadastramento, negociação com empresas e o pagamento aos cooperados. Com isso, os custos de transações são baixos e, assim, a cooperativa pode competir com outras empresas de maior porte.

Juntamente com a constituição das primeiras cooperativas foi criada a Associação das Cooperativas e Associação dos Produtores Rurais do Oeste Catarinense (Ascooper). Trata-se de uma estrutura organizacional cujo objetivo é articular em rede essas pequenas cooperativas. Cada cooperativa elabora estratégias específicas, mas coadunadas com as diretrizes definidas na Ascooper. A comercialização do leite é feita individualmente por cada cooperativa e seus custos são cobertos pela contribuição de um valor fixo por litro de leite comercializado.

A gestão da cooperativa é realizada pelos próprios agricultores, cuja estrutura organizacional é composta por uma coordenação local formada por um coordenador, um secretário geral e um secretário de finanças e, em cada comunidade, duas ou três lideranças são escolhidas como responsáveis pela organização dos associados no nível comunitário e para atuar como a ligação entre a cooperativa e os associados. O sistema possui 2 mil associados que produzem, em média, cerca de 2,5 milhões de litros de leite por mês.

A criação no Oeste de Santa Catarina de diversas pequenas cooperativas voltadas à inserção ao mercado e a comercialização da produção de leite tem revelado a existência de atores sociais inovadores, que exploram novas vias de desenvolvimento e contribuem, dessa forma, para a solução de problemas como o desemprego, a exclusão social, a poluição ambiental e a perda de laços sociais.

A criação de cooperativas voltadas a comercialização do leite envolve complexas relações de participação entre indivíduos e o coletivo e um dos seus resultados é a aprendizagem, que se traduz tanto no processo produtivo em si como nas novas formas de organização produtiva, da industrialização, da capacidade de ligação com os mercados e com os organismos financiadores. Embora a criação dessas cooperativas seja resultado de conexões e alianças, elas também são motivo de oposição porque alteram as “regras estabelecidas”, os esquemas culturais e originam conflitos de toda a ordem. Em resumo, as cooperativas de leite se constituem em exemplo de novas configurações socioeconômicas e a criação de ambiente favorável para a valorização de uma iniciativa que muitos acreditavam estava predestinada ao insucesso, pois se originava de agricultores pobres.

É nesse ambiente de alianças e oposições que as cooperativas emergem e sua consolidação vai depender de um ambiente socioinstitucional favorável para que possa se estabelecer e enraizar.

4.2 A Agroindústria familiar rural

Outra novidade promissora no Oeste de Santa Catarina é a verticalização da produção em agroindústrias familiar rural, realizada de forma individual ou coletiva. Criam-se novas oportunidades de inserção no mercado de uma produção que não é estranha aos colonos da região pois faz parte da sua cultura, da sua história e do seu cotidiano. Trata-se da transformação/beneficiamento ou industrialização da produção agropecuária com o objetivo principal de comercializar o produto assim obtido. A agroindústria familiar rural caracteriza-se pela sua localização no meio rural, a maior parte da matéria-prima é de origem própria, utiliza máquinas e equipamentos mais simples e, em geral, a produção se dá por processos artesanais. Conforme Mior (2005) outra dimensão importante é que a agroindústria familiar está crescentemente internalizando os aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário como ambiental e fiscal, perante os organismos de regulação pública.

A transformação da produção agropecuária sempre foi uma tradição da agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina e estava voltada, basicamente, para atender as necessidades familiares. Com a crise que se abateu sobre a agricultura familiar a partir de meados da década de 1980 e o crescente interesse dos consumidores por produtos que apresentam características artesanais e/ou coloniais¹³, muitos agricultores aumentam a produção e passam a comercializar seus produtos em feiras livres locais e na venda de porta em porta.

No início da década de 2000, surgem algumas políticas públicas – que vem ao encontro dos interesses dos agricultores familiares e suas organizações – com objetivo de promover o surgimento ou reestruturação e a consolidação de agroindústrias familiar rural. Essas ações aconteceram em várias localidades e contou com o apoio do governo federal, estadual e de alguns municípios da região.

Um importante resultado dessa ação foi a criação de uma rede de apoio representada pela Unidade Central de Apoio das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense – UCAF, legalizada em uma forma de associação regional da qual fazem parte sete cooperativas microrregionais que congregam as agroindústrias familiares (em forma de associações, condomínios ou microempresas) de quatro ou cinco municípios próximos. A estrutura física da UCAF é a mínima possível – representada basicamente por uma pequena sede – se aproximando de um modelo organizacional virtual, que busca a mediação e prestação de serviços aos agricultores. A importância da UCAF já está sendo sentida pelos agricultores associados. Através da organização foi possível obter a legalização dos empreendimentos junto ao serviço de inspeção sanitária e a formalização jurídica/tributária, sem perder a condição de agricultor familiar junto a Previdência Social, que representavam entraves de difícil solução às pequenas agroindústrias. Facilitou, ainda, a diferenciação da qualidade e a melhoria da apresentação dos produtos, do marketing, da elaboração dos rótulos e da articulação com os mercados. Estes serviços são obtidos com menores custos, pois são dissolvidos em várias agroindústrias familiares.

As agroindústrias familiares vêm se caracterizando como uma importante estratégia de parte dos os agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina. Elas se traduzem em possibilidades de agregação de valor aos produtos e a obtenção de maior renda e o envolvimento de jovens e mulheres. Por isso a importância de novidades representadas pela agroindústria familiar rural que proporcionam aos agricultores e suas famílias se aventurarem além dos limites da produção primária, descobrindo novos talentos, novas habilidades e novos conhecimentos, num processo contínuo de aprendizado, que certamente abrirá novos horizontes para a permanência da população local (Ferrari, 2003, p.162).

A pesquisa realizada pela Epagri no segundo semestre de 2010 (Marcondes *et al.*, 2012) identificou a presença de 906 empreendimentos de agroindústria familiar rural no Oeste de Santa Catarina e utiliza o trabalho de mais de sete mil pessoas, sendo que quase seis mil são da própria família¹⁴. Os autores chamam atenção para o fato de que a quase totalidade das agroindústrias familiar rural é gerida pelos proprietários ou pelos sócios/cooperados, no caso das grupais. Portanto, repete-se uma das características marcantes da agricultura familiar que é a relação direta entre a propriedade, o trabalho e a gestão das atividades. A mesma pesquisa identificou que além do grande número de

13 Refere-se aos produtos cujos sinais de qualidade não estão associados apenas às suas características materiais, mas, também, a fatores que fazem parte do imaginário do consumidor: produto colonial, preparado de modo artesanal e vindo da agricultura familiar, saudável.

14 A pesquisa levantou apenas as informações das iniciativas que atendessem os seguintes critérios: (a) que sistematicamente destinem sua produção ao mercado; (b) que gerem renda relativamente significativa para o(s) empreendedor(es); (c) que disponham de uma estrutura com espaço físico específico; (d) que sejam legalizadas ou passíveis de legalização; (e) que não se caracterizem apenas pela venda do excedente de consumo.

pessoas envolvidas, as agroindústrias familiares movimentaram no ano de 2009 valores de um pouco mais de 136 milhões de reais.

A luta por autonomia empreendida pelos agricultores familiares, representada pelas duas novidades aqui discutidas, não ocorre somente no nível da unidade produtiva, ela também acontece para além da “porteira” do estabelecimento. Emergem novas formas de organização, de conexão e relação com outros atores e com o mercado.

Trata-se de um processo “coletivo de aprendizagem” que incide, por exemplo, nas técnicas, nos produtos, nos métodos de trabalho, nas formas de organização da produção. Assim, por exemplo, quando os agricultores instalam uma agroindústria familiar e se inserem em uma rede de comercialização estão dando um passo que vai além dos limites da propriedade e do seu conhecimento. Eles estão “entrando no desconhecido”. Novas habilidades são necessárias e envolvem diversos domínios do conhecimento: na construção civil, na área industrial e comercial, no campo da legislação, novas formas organizacionais, na articulação com órgãos públicos ou com ONGs, na construção de novas alianças e conexões. Isso está sendo chamado por Ploeg (2008) de teia de novidades, as quais suportam muitas atividades de desenvolvimento rural ao mesmo tempo em que desencadeiam novas.

Além do enriquecimento do conhecimento contextual a construção da novidade, representada pela agroindústria familiar, também cria valores intangíveis como o aprimoramento das habilidades dos atores sociais para construir novas formas de cooperação e agir coletivamente na solução dos problemas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos neste texto que grande parte dos estudos produzidos no final da década de 1990 sobre o contexto rural do Oeste de Santa Catarina apontava para um desolador dilema relacionado com o avanço da agricultura intensiva e a reestruturação agroindustrial sobre as unidades familiares. Estas análises indicavam que as unidades que ficaram de fora do modelo de integração junto às grandes agroindústrias tinham como destino a diferenciação social e o desaparecimento. Por outro lado, as unidades familiares que conseguiram se integrar totalmente, também não tinham melhor sorte, pois estavam subordinadas ao jugo das agroindústrias e ao crescente endividamento para se manterem na atividade. Esse quadro realmente se caracteriza como uma crise.

Todavia, a pesquisa identificou que mesmo em um ambiente desfavorável alguns agricultores conseguem construir trajetórias diferenciadas que estrategicamente se afastam do projeto da modernização e conseguem inserção ao mercado de forma diferente da que costumeiramente vinham fazendo.

As duas novidades pesquisadas e discutidas neste texto revelaram a existência de atores sociais inovadores que reagem criativamente e exploram novas vias de desenvolvimento. Elas estão enraizadas no conhecimento local, mas também conseguem fazer importantes pontes de ligação com outros atores sociais, construir inúmeras redes sociais e estabelecer novas conexões com o mercado. Isso cria um efeito sinérgico que desencadeia novas atividades que alguns autores chamam de novas iniciativas de desenvolvimento rural.

Constatou-se que as duas novidades estudadas a partir de um conhecimento contextual e, sobretudo, a partir da habilidade que os atores sociais desenvolvem ao longo do tempo, com objetivo de agir coletivamente e, assim, criar espaço de manobra para colocar em prática suas estratégias. A pesquisa também permitiu identificar duas características comuns as duas novidades: elas surgem como uma resposta à diminuição da

renda líquida da agricultura (*squeeze*) e representam a expressão da luta por autonomia e pela criação de espaços de manobra em um ambiente de competição e assimetrias de poder.

Em termos gerais, a pesquisa revelou que as novidades ou “iniciativas de desenvolvimento rural” nascem em determinado contexto sociocultural. Por isso elas se apresentam difusas e dispersas no território e por isso são pouco visíveis. Constatou-se que em grande medida, estas novidades dependem, pelo menos na sua fase inicial, do estabelecimento de conexões, da construção de alianças e apoios capazes de promover a aprendizagem coletiva. Embora se trate de experiências ainda embrionárias elas fazem um contraponto à trajetória da modernização. A lição que se pode tirar é que elas demonstram que o desenvolvimento agrícola não é o único e inexorável caminho que pode ser seguido. O contexto analisado permite concluir que as novidades pesquisadas e discutidas neste texto podem criar trajetórias diferenciadas e evidenciam que é possível desenvolver distintas formas de produzir e organizar a unidade produtiva familiar, reposicionando-se em relação aos mercados e à tecnologia e, assim, promover um processo de desenvolvimento rural.

Por fim, cabe destacar que mesmo sendo iniciativas muito recentes, as novidades analisadas nesta pesquisa mostraram vitalidade, entretanto, os laços construídos ainda se apresentam muito tênues e seu estabelecimento, consolidação e difusão ainda dependem do fortalecimento das configurações socioeconômicas e de arranjos institucionais capazes de fazer a ponte para novos circuitos comerciais que ultrapassem as fronteiras da região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA, V., M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998, 101 p. 2ª ed.

CONTERATO, M. *Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FERRARI, D. L. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. Campinas: Unicamp, 2003. 190 p. (Dissertação de mestrado – Unicamp/Instituto de Economia).

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 6, p. 97-129, 2010.

MARCONDES, T.; M.; MIOR, L. C.; REITER, J.M.W.; MONDARDO, M. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012, 36p.

MARSDEN, T. **The condition of rural sustainability**. Wageningen (Netherlands): Van Gorcum, 2003, 267 p.

MELLO, M. A. **A trajetória da produção e transformação do leite no Oeste catarinense e a busca de vias alternativas**. Florianópolis, SC: UFSC, 1998. 165 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas).

MELLO, M. A. E SCHMIDT, W. A agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste catarinense: possibilidades para a construção de modelos heterogêneos. In: MIOR,

L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005, 338 p.

MELLO, M. A. de. Sementes que brotam da crise: inovação e produção de novidades na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina. Porto Alegre, **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, 2009. 298 f.

NIEDERLE, P.A. *Compromissos para qualidade*: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, agricultura e sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

PLOEG, J. D. van der. **The New Peasantries**. Struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization. London: Earthscan, 2008.

PLOEG, J. D. van der. Agricultural production in crisis. In: CLOKE, PAUL; MARSDEN, TERRY; MOONEY, PATRICK. **Handbook of rural studies**. London: Sage, 2006a. pp. 258-277.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006b. pp. 13-54.

PLOEG, J. D. van der. Revitalizing agriculture: farming economically as starting ground for rural development. *Rural Sociology*. v. 40, n. 4, october, p. 497-511, 2000.

PLOEG, J. D. van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. IN: HANN, H. & PLOEG, J. D. van der (Ed.). **Endogenous regional development in Europe: theory, method and practice**. Luxembourg: Office for official publications of the european communities, 1994, p. 7- 29.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUSMAN, E. S. (Ed.). **Ecología, campesinato y historia**. Madrid: Las Ediciones de la piqueta, 1992a, p. 163-195.

PLOEG, J. D. van der. The reconstitution of locality: technology and labour in modern agriculture. In: MARSDEN, T.; LOWE, P.; WHATMORE, S.(Ed.) **Labour and locality: uneven development and the rural labour process**. London: David Fulton Publishers, 1992b, p. 19-43.

PLOEG, J. D. van der.; OOSTINDIE, Henk; BROEKHUIZEN, Rudolf van. **Understanding novelty production**. Enlarging Theoretical Understanding of rural development. (ETUDE). 2007. Página da internet acessada em 27/06/2008 [http://www.etuderd.eu/dynamic/media/1/files/Novelty_production-review_\(2\).doc](http://www.etuderd.eu/dynamic/media/1/files/Novelty_production-review_(2).doc)

PLOEG, J. D. van der.; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H, J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J.S. C. On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C. & PLOEG, J. D. van der (ed.). **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Assen, The Netherlands: Royal Van Gorcum, 2004, pp. 1-30.

PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. **Living countryside: rural development in Europe – the state of the art**. Netherlands: Elsevier, 2002.

PLOEG, J. D. van der and RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European Rural development practices. *Sociologia Ruralis*. v. 40, n. 4, 2000a, 529-543.

PLOEG, J. D. van der; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, J. M.; MARSDEN, T.; ROEST, K.; SEVILHA-GUSMAN, E.; VENTURA, F. Rural development: from practices

and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4, October, 2000b, pp. 391-408.

PLOEG, J. D. van der. & SACCOMANDI, V. O the impact of endogenous development in agriculture. In: PLOEG, J. D. van der & DIJK, J. (eds.) **Beyond modernization: the impact of endogenous rural development**. Wageningen: Van Gorcum, 1995, p.10-27.

POLI, Odilon Luiz, **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999, 180 p.

RADOMSKY, G. F. W. *Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 205 p.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Os atores entram em cena. In: Sérgio Schneider; Márcio Gazolla. (Org.). **Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, v. 1, p. 11-17

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Brasília: Epagri: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001, 120p.

TESTA, V. M.; MELLO, M. A; FERRARI, D. L.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste catarinense**. Florianópolis, SC: EPAGRI, 2003.

TESTA, V. M.; NADAL, R.; MIOR, L. C.; BALDISERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: (Proposta para discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247p.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, v. 19, p. 933-945, 2010.

VENTURA, F.; MILONE, P. Novelty as redefinition of Farm Boundaries. In: PLOEG, J. D. van der, WISKERKE, J. S. C. **Seeds of transition**. Assen: Van Gorcum, 2004

WISKERKE, J.S.C. On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der (eds.). **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Assen: Royal van Gorcum, 2004. P. 1-30.